

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 1369/2020-PGJ, DE 29.4.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Sara Francisco Silva a isenção do desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte, nos termos do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22.12.1988 (Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001517-8).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1341/2020-PGJ, DE 28.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão aos Procuradores de Justiça abaixo nominados, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19.10.2016, conforme segue:

PROCURADORES DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Francisco Neves Junior	15	16 a 30.3.2020
Sergio Luiz Morelli	18	18.3 a 4.4.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1343/2020-PGJ, DE 28.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira o 1º período de férias, que seriam usufruídas de 4 a 13.5.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1362/2020-PGJ, DE 29.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo 9 (nove) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 22 a 30.4.2020, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1363/2020-PGJ, DE 29.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 8º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar, nos dias 25 e 26.4.2020, no plantão da referida Comarca, estabelecido pela Portaria nº 1135/2020-PGJ, de 31.3.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1364/2020-PGJ, DE 29.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar a Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho para, sem prejuízo de suas funções, representar o Ministério Público Estadual no Comitê de Acompanhamento das Medidas de Enfrentamento da COVID-19 no Sistema Carcerário do Estado de Mato Grosso do Sul.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1342/2020-PGJ, DE 28.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19.10.2016, conforme segue:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Gisleine Dal Bó	30	14.3 a 12.4.2020
Henrique Franco Cândia	30	1º a 30.4.2020
Jerusa Araujo Junqueira Quirino	30	17.3 a 15.4.2020
Jiskia Sandri Trentin	7	9 a 15.3.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1365/2020-PGJ, DE 29.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4547/2019-PGJ, de 6.12.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja férias remanescentes, que seriam usufruídas de 15 a 19.6.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1366/2020-PGJ, DE 29.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4549/2019-PGJ, de 6.12.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 30.10 a 6.11.2017 e 11 a 16.12.2017, que seriam usufruídos no período de 8 a 10.6.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1367/2020-PGJ, DE 29.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira o 2º período de férias, que seriam usufruídas no período de 4 a 13.5.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1368/2020-PGJ, DE 29.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, modificada pela Portaria nº 145/2020-PGJ, de 15.1.2020, na parte que estabeleceu o 1º período de férias do Promotor de Justiça Arthur Dias Junior, de forma que, onde consta: “5 a 19.5.2020”; passe a constar: “22.6 a 6.7.2020”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1358/2020-PGJ, DE 29.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016, conforme segue:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Bolivar Luis da Costa Vieira	24	16.3 a 8.4.2020
Lia Paim Lima	10	23.3 a 1º.4.2020
Luiz Eduardo Lemos de Almeida	20	4 a 23.5.2020
Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira	29	1º a 29.4.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1371/2020-PGJ, DE 29.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 40ª Zona Eleitoral, no período de 22 a 30.4.2020, em razão de licença da titular, Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1347/2020-PGJ, DE 28.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 27.4.2020, a Portaria nº 475/2017-PGJ, de 13.2.2017, que designou o servidor Philippe Vieira Nunes, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, área de atividade Administrativa, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, com prejuízo de suas funções, prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1350/2020-PGJ, DE 28.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes membro e servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 29/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Cristiane Mourão Leal Santos, Promotora de Justiça e Coordenadora do GAECO; 1.1) Suplente – Thaís Mara Ferreira Domingos, Analista; 2) Fiscal Administrativo – Ariel Araujo, Assessor Adjunto da Assessoria Militar; 2.1) Suplente – Kerman Mendes Pereira, Assistente Militar (Processo PGJ/10/1250/2020).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2020.****7. Ordem do dia:****7.1. Matéria administrativa:****7.1.1. Oitiva *ad referendum* do Conselho Superior sobre a seguinte portaria:**

1. Portaria nº 851/2020–PGJ, de 4.3.2020, que agrega ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, a Procuradora de Justiça Sara Francisco Silva, para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, a partir de 1º.1.202, até ulterior deliberação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, referendou a portaria acima, sem ressalvas.

7.1.2. Julgamento de Processo:**1. Reclamação Disciplinar nº 10.2019.00000120-6**

Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual

Reclamante: Celso Rodrigues da Costa

Reclamado: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual falta funcional do Promotor de Justiça ao deixar de contestar laudo pericial com baixa resolução na Ação Penal.

Conselheira Relatora Jaceguara Dantas da Silva

Advogado: Cícero Ulisses Otto – OAB/23.862

O Conselho, deliberou por unanimidade, pelo conhecimento do recurso interposto e pelo seu improvimento, nos termos do voto da Relatora, impedido de votar o Corregedor-Geral do MP Marcos Antonio Martins Sottoriva.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00004186-5

Requerente: Conselho Superior do Ministério Público

Requerido: Membro do MPMS

Assunto: Incidente de Insanidade Mental

Advogado: André Borges – OAB/MS 5.788

Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o Laudo Médico Pericial, nos termos do voto do Relator.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000217-5 – SIGILOSO**

57ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001862-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Água Limpa - Yachie Tateyama Tsuji

Assunto: Apurar a existência de dano ambiental decorrente de ter em depósito de 6,576 m³ de madeira in natura na Fazenda Água Limpa, localizada no município de Sidrolândia/MS.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000721-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Objeto: Apurar possíveis irregularidades no uso de recursos pela Câmara Municipal de Dois Irmãos do Buriti.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002367-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coronel Sapucaia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vicente Jonas de Araújo Maciel

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental em área de preservação permanente na Fazenda São Luiz (atual Fazenda Miguel), localizada no Município de Coronel Sapucaia.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002129-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: SPU - Secretaria do Patrimônio Público da União

Assunto: Apurar eventual dano ambiental, possível degradação da área de preservação permanente e reserva legal, bem como a regularização jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Ingazeira, localizada às margens do Rio Apa.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001032-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no sorteio da casa de Sandra Maria de Oliveira Pedrozo e Joyce Rodrigues da Costa no Residencial Wilson Proença Leite, em Anastácio/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ANASTÁCIO/MS - CIDADANIA – PROGRAMA MUNICIPAL DE DISTRIBUIÇÃO DE MORADIAS POPULARES - DENÚNCIA DE FRAUDE NA CONTEMPLAÇÃO - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA - ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. A promoção de arquivamento merece ser homologada. Da análise da documentação acostada ao feito, conclui-se pela ausência de justa causa para manutenção deste, porque não se observou a ocorrência de anormalidades na distribuição de unidades residenciais efetivada pela gestão administrativa demandada, tampouco nas regras de premiação. Outrossim, sublinhe-se inexistir hipótese de atuação do Ministério Público, porquanto a matéria não transcende ao interesse pessoal e patrimonial dos representantes e não atinge a coletividade, não havendo significativa conveniência e abrangência social.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001022-8

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Josefina Maria Nunes

Assunto: Apurar a ausência de conexão com a rede de água e esgoto do imóvel situado na Rua da Silvino Duarte, nº 572, Bairro Tiradentes, em Campo Grande/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAR A AUSÊNCIA DE CONEXÃO COM A REDE DE ÁGUA E ESGOTO DO IMÓVEL – DILIGÊNCIAS EMPREENDIDAS - IRREGULARIDADE DEVIDAMENTE SANADA - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após diligências cabíveis ao caso, a requerida demonstrou que o imóvel investigado está conectado na rede pública coletora de esgoto, conforme se vislumbra através do Relatório de Vistoria realizado pelo SEMADUR, acostado às fls. 71/73. Desse modo, estando comprovado que o problema ambiental encontrado no local foi mitigado e a proteção ambiental foi obtida, exsurge impositivo o arquivamento do presente procedimento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001371-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pela Secretária Municipal de Saúde, em razão dos relatos de suposta perseguição a servidor público municipal e omissão na adoção das medidas necessárias à resolução de diversas irregularidades na área da saúde do Município de Pedro Gomes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PEDRO GOMES/MS - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO PELA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - SITUAÇÃO REGULARIZADA NO HOSPITAL MUNICIPAL - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, uma vez que inexistente justa causa para o prosseguimento do feito, ante a informação oferecida pelo próprio reclamante de que a suposta situação de “perseguição” não mais subsiste, uma vez que tal fato ocorreu em meados de 2016 e não mais perdurou, sendo que atualmente exerce regularmente sua função no hospital municipal. Outrossim, no que tange à falta de materiais básicos de primeiros socorros no hospital municipal narrada na denúncia, constatou-se que tal situação foi regularizada, tendo em vista que referido hospital foi reformado, passando pelos reparos necessários, bem como que foram adquiridos os materiais para atendimentos de urgência e emergência (desfibrilador, monitor cardíaco, oxímetro de pulso, colete cervical, ambú e material de entubação).

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002476-2

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto desvio dos valores destinados à construção de pistas de treinamento de aulas práticas e à aquisição de simuladores de direção, no ano de 2015, feitos por intermédio do Sindicato das Autoescolas de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: 31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - DETRAN/MS - APURAR SUPOSTO DESVIO DOS VALORES DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE TREINAMENTO DE AULAS PRÁTICAS E À AQUISIÇÃO DE SIMULADORES DE DIREÇÃO, FEITOS POR INTERMÉDIO DO SINDICATO DAS AUTOESCOLAS DE MATO GROSSO DO SUL - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DESCARACTERIZADO - HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. A promoção de arquivamento merece ser homologada. Não há que se falar em irregularidade no que tange à aquisição de simuladores e monitoramento eletrônico, uma vez que foram feitas com a concordância dos sindicalizados, de forma regular e em benefício dos próprios Centros de Formação de Condutores. Ademais, no que se refere ao suposto desvio de valores que deveriam ser destinados para a construção e a manutenção das pistas para aulas práticas de direção, cumpre destacar que o DETRAN/MS firmou Termo de Permissão de uso de bem imóvel com o Sindicato dos Centros de Formação de Condutores do Estado de Mato Grosso do Sul, acordando o uso gratuito da pista de exames práticos, do prédio de apoio e abrigos para examinadores, para a realização das aulas, no qual não se constataram vícios na formalização do ato. Desse modo, não se vislumbrou qualquer ilegalidade no caso no presente caso, aquilando a presença de atos de Improbidade Administrativa, inexistindo fundamento para a propositura da Ação Civil Pública.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002132-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edimilson Espinardi

Assunto: Apurar eventual dano ambiental, possível degradação da Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, bem como a regularização jurídico-ambiental da Chácara Cachoeira, localizada às margens do Rio Apa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PORTO MURTINHO/MS - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL, POSSÍVEL DEGRADAÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL, BEM COMO A REGULARIZAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DA CHÁCARA CACHOEIRA, LOCALIZADA ÀS MARGENS DO RIO APA - INSCRIÇÃO NO CAR/MS - AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Da análise deste feito, depreende-se não ter havido a apuração de qualquer dano ambiental doloso recente, mas tão somente a irregularidade jurídico ambiental, o que foi corrigida com a inscrição no CAR.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2019.00005760-2

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Recorrente: Augusto do Amaral

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar suposta fraude na contratação da empresa J B A Iunes ME pela Prefeitura de Corumbá para a prestação de serviços laboratoriais complementares.

EMENTA: RECURSO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE PROMOVEU O ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO – PROCEDIMENTO INSTAURADO PARA APURAR EVENTUAL FRAUDE NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA JBA IUNES PELA PREFEITURA DE CORUMBÁ - NÃO CONSTATAÇÃO - NÃO PROVIMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO – HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO PARCIAL.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, negou provimento ao recurso interposto, nos termos do voto do Relator.

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003486-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: PAVISERVICE Serviços de Pavimentação Ltda.

Assunto: Apurar suposta irregularidade na extração de cascalho feito pela Empresa de Terraplanagem e Pavimentação PAVISERVICE, na rodovia MS-382.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADE AMBIENTAL - EXTRAÇÃO DE CASCALHO SEM AUTORIZAÇÃO - IRREGULARIDADE NÃO COMPROVADA - DECLARAÇÃO AMBIENTAL DE ISENÇÃO - CASCALHO RETIRADO PARA MANUTENÇÃO DE RODOVIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que conforme Manifestação Técnica realizada pelo IMASUL, a empresa PAVISERVICE possui declaração de isenção de licenciamento ambiental dos órgãos competentes para a extração de cascalho visando a manutenção da Rodovia MS/382. Ademais, após o término da obra, houve a recuperação das áreas onde ocorreram as referidas retiradas de cascalho, inexistindo dano ambiental a ser reparado. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil n.º 06.2019.00001423-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Reginaldo Pires da Costa

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na Fazenda Ponte Alta da Serra, localizada no Município de Paranaíba.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO 17/2017 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - NÃO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que a Promotoria de Justiça de origem ingressou com a Ação Civil Pública nº 090007-05.2020.8.12.0018 em face do proprietário da Fazenda Ponte Alta da Serra, a fim de promover a reparação ambiental da área de APP degradada. Assim, conforme o Enunciado nº 17/2017, do CSMP, não se conhece da promoção de arquivamento de procedimento preparatório ou inquérito civil que instrua a ação judicial. Desse modo, voto pelo NÃO conhecimento da promoção de arquivamento do presente inquérito civil, com o consequente retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não conheceu da promoção de arquivamento nos termos do art. 26, § 5.º, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com o consequente retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem., nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000684-6

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Maria Aparecida Garcia da Rosa

Assunto: Apurar as informações apresentadas por meio de ligação efetuada ao “Disque Direitos Humanos Disque 100” referentes a maus tratos supostamente praticados no CEMA Centro Educacional Marie Ariane.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DENÚNCIA DE MAUS TRATOS - NÃO COMPROVAÇÃO - NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS PARA ATENDER O CENTRO EDUCACIONAL MARIE ARIANE - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA

RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - TAC HOMOLOGADO – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2012 PGJ - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despropositado o seguimento do presente Inquérito Civil. Ademais, conforme Relatório de Estudo Social realizado na instituição, não houve a comprovação da ocorrência de maus tratos em face dos menores abrigados no local. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001747-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Laurindo Carneiro Luz

Assunto: Apurar o desmatamento de 4.100,68 m² de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica em área de Floresta Estacional-Semi-decidual Submontana, os quais 0,67 hectares da área desmatada estão localizados na propriedade rural Sítio Virgem de Guadalupe, propriedade não cadastrada no CAR/MS, no município de Mundo Novo/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 1457 da Polícia Militar Ambiental e Parecer n. 122/19/Nugeo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - DUPLICIDADE DE FEITOS - IC 06.2019.00001529-0 JÁ APURA OS FATOS - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 18/2018 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Inquérito Civil n.º 06.2019.00001529-0 abarca as irregularidades investigadas no presente feito, tornando desnecessária a continuidade deste procedimento. Ademais, houve a juntada de cópia integral do presente feito ao inquérito civil mais antigo. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001879-7

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na aprovação de operação de crédito consubstanciado em empréstimo pelo Município de Paranaíba.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - AUTORIZAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA E PAVIMENTAÇÃO - VALOR ACIMA DO NECESSÁRIO - AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO DAS OBRAS A SEREM REALIZADAS - NÃO COMPROVAÇÃO - CONTROLE REALIZADO PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL AÇÃO POPULAR AJUIZADA - LIMINAR DEFERIDA PARA SUSPENDER A REALIZAÇÃO DE QUALQUER OPERAÇÃO DE CRÉDITO PELA PREFEITURA DE PARANAÍBA ATÉ O JULGAMENTO FINAL DO PROCESSO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que a Prefeitura de Paranaíba foi pré-selecionada no Programa do Governo Federal Avançar Cidades-Mobilidade Urbana para realização de empréstimo, visando execução de obras de infraestrutura em toda a cidade. Referido empréstimo não foi realizado, pois depende de análise e autorização da Secretaria do Tesouro Nacional, que verificará as obras a serem realizadas, bem como a disponibilidade orçamentária do município. Ademais, houve o ajuizamento da Ação Popular nº 0802784-86.2019.8.12.0018, em que foi deferida liminar para suspender a realização de qualquer operação de crédito pela Prefeitura de Paranaíba, tornando desnecessária a continuidade do presente procedimento. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001213-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de servidores para ocupação de cargos efetivos, por meio de processo seletivo simplificado, com critérios que violam o Princípio da Impessoalidade.

Advogado: Maisa Oviedo Milandri – OAB/MS nº 17.666.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - CONTRATOS TEMPORÁRIOS – SUPOSTO FAVORECIMENTO - EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO AO MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO – RECOMENDAÇÃO ACATADA - CANCELAMENTO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO - IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que a Prefeitura de Porto Murtinho acatou a Recomendação do órgão ministerial e suspendeu o processo seletivo simplificado de contratação temporária de servidores. Ademais, consoante informações do Parquet de origem, houve a abertura de concurso público de provas e títulos, bem como a fundamentação correta da necessidade de contratação de novos servidores. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000962-8

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar a prática de ato de improbidade administrativa decorrente do envolvimento de agentes prisionais da Unidade Penal Feminina de Ponta Porã na fuga da detenta Cleicione Santos Neris.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - AGENTES PENITENCIÁRIOS – SUPOSTO AUXÍLIO DE FUGA DE INTERNA EM ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO - INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL PARA APURAR EVENTUAIS CRIMES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, em relação a possíveis irregularidades relacionadas a suposto auxílio de agentes penitenciários na fuga de interna do estabelecimento prisional feminino de Ponta Porã, houve a instauração de Inquérito Policial para apurar o caso, o qual ainda está em trâmite na 1ª Delegacia de Polícia de Ponta Porã/MS. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2017.00000739-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventual contratação irregular de Professores na Rede de Ensino Municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - CONTRATAÇÕES DE PROFESSORES SEM QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - NÃO COMPROVAÇÃO - ALTERAÇÃO NOS EDITAIS DE CONTRATAÇÃO POSSIBILITANDO QUE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL E PRIVADA DE ENSINO SEJAM CADASTRADOS NA LISTA DE ESPERA PARA POSSÍVEIS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que todos os servidores contratados possuem qualificação profissional para atuação na Educação, inclusive com várias especializações em suas áreas. Ademais, a Secretaria Municipal de Educação alterou os editais dos processos seletivos de lista de espera para possíveis contratações temporárias, possibilitando a inscrição de professores da rede estadual de ensino e do setor privado. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000693-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Mundo Novo-MS

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no âmbito do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2019, do Município de Mundo Novo-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – ADOÇÃO DE CRITÉRIOS SUBJETIVOS DE AVALIAÇÃO – AFRONTA À ISONOMIA E À IMPESSOALIDADE – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL – IRREGULARIDADES SANADAS – DOLO NÃO EVIDENCIADO – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que a Municipalidade acatou a recomendação ministerial, tão logo advertida de que seu comportamento estava em

confronto com os princípios que norteiam a atuação da Administração na condução dos certames públicos, promovendo, então, a regularização da situação acoimada ilegal, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva pelo *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001894-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar as medidas adotadas acerca de eventual invasão de logradouro público no Loteamento Vale do Taquari a fim de assegurar a reintegração do imóvel.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – AGLOMERADO HABITACIONAL – OBSTRUÇÃO DE VIA DE CIRCULAÇÃO – OCUPAÇÃO IRREGULAR POR PARTICULAR – ÁREA OBJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – ATUAÇÃO POSITIVA E EFICAZ DO PODER PÚBLICO NA TUTELA DE SEUS BENS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO MINISTERIAL – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo a demonstração de que a Municipalidade, no legítimo exercício da autotutela administrativa, tem adotado todas as providências necessárias para a desobstrução das vias públicas irregularmente ocupadas em loteamento habitacional objeto de regularização fundiária, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003558-1

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na compra de medicamentos pela Secretaria de Saúde de Nova Andradina/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – LICITAÇÃO – SUPERFATURAMENTO – IRREGULARIDADES QUE NÃO SUPLANTAM MERA ILEGALIDADE NEM QUALIFICAM O INTENTO DELIBERADO À VULNERAÇÃO DOS PRECEITOS ÉTICOS QUE NORTEIAM A ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – RECOMPOSIÇÃO DO ERÁRIO – AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A INTERVENÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que a Administração, no legítimo exercício da autotutela, reconheceu a injuridicidade dos preços praticados na licitação vergastada e adotou as medidas necessárias para recomposição do erário, sem que tenha remanescido sobressalente qualquer indício de que os agentes envolvidos tenham agido com vontade consciente e dirigida à vulneração da norma e dos predicados éticos que norteiam a gestão da coisa pública, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para intervenção funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002994-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa consistente em utilizar notas frias para cobrir o caixa da Prefeitura Municipal de Batayporã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DENÚNCIA ANÔNIMA – DESVIO DE DINHEIRO PÚBLICO – EMISSÃO DE NOTAS FRIAS PARA JUSTIFICAR DESPESAS FICTÍCIAS – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A TUTELA COLETIVA – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências sem que tenha remanescido sobressalente, nos longos anos da investigação, qualquer indicativo de malbaratamento do erário ou enriquecimento inconcesso dos requeridos, tal qual anonimamente conjecturado, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000477-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventual irregularidade no processo seletivo para contratação de servidores por parte da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, tendo como vencedora a empresa: "Vale Consultoria".

Advogada: Maisa Oviedo Milandri – OAB/MS nº 17.666.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – ADMISSÃO DE SERVIDORES MEDIANTE PROCESSO SELETIVO – CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA – EXCEPCIONALIDADE DEMONSTRADA – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que a deflagração de processo seletivo em detrimento de regular concurso público se pautou na necessidade de a Municipalidade suprir a falta ocasional de pessoal para, em tempo hábil, garantir a continuidade de serviços essenciais, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001261-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Cassilândia

Requerido: A apurar

Assunto: apurar suposta poluição do Córrego Cedro pelo derramamento de gordura animal pela empresa AR Rodrigues.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – DESPEJO ACIDENTAL DE SUBSTÂNCIA POLUENTE EM VIA PÚBLICA – SINISTRO RODOVIÁRIO – AUSÊNCIA DE DANO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO – FALTA DE JUSTA CAUSA – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o solo, a vegetação e o corpo hídrico subjacente à rodovia onde ocorreu o derramamento de substância poluente como decorrência de acidente de trânsito se encontram livres de contaminação e sem qualquer vestígio de degradação, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000052-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Valdomiro da Silva

Requerida: Agência Estadual de Empreendimentos - Agesul

Assunto: Apurar eventual assoreamento de nascente, em decorrência de obra da Prefeitura Municipal de Inocência.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS – DRENAGEM PLUVIAL – ATUAÇÃO POSITIVA E EFICAZ DO PODER PÚBLICO – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A TUTELA COLETIVA – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que a própria AGESUL identificou a necessidade de realizar serviços de manutenção no seguimento estradal sob sua tutela para aperfeiçoar o sistema de escoamento de águas pluviais na região, garantindo, assim, a incolumidade da biota marginal, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001912-6

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar

Assunto: Fiscalizar a situação dos veículos que realizam o transporte escolar de Coxim/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – INFÂNCIA E JUVENTUDE – TRANSPORTE ESCOLAR – VEÍCULOS EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE CONSERVAÇÃO – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL – IRREGULARIDADES SANADAS – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o ente público requerido adotou todas as providências reclamadas para garantir à população infanto-juvenil do município a prestação do serviço de transporte escolar em condições mínimas de trafegabilidade e segurança, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento que justifique a atuação do órgão ministerial.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2019.00007723-1**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Recorrentes: Viação Canarinho Ltda. e outros

Recorridos: Viação Cidade de Corumbá Ltda., Valnei de Oliveira e Município de Corumbá

Assunto: Apurar eventual irregularidade na conduta do interventor nomeado para gerir a empresa Viação Canarinho LTDA e da empresa que se sagrou vencedora em certame de transporte coletivo urbano.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - MUNICÍPIO DE CORUMBÁ - EVENTUAL IRREGULARIDADE NA CONDUTA DE INTERVENTOR NOMEADO PARA GERIR EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO - ATO ÍMPROBO NÃO COMPROVADO - PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL PELA EMPRESA VISANDO À RESPONSABILIDADE DO INTERVENTOR - MATÉRIA JÁ APRECIADA PELO PODER JUDICIÁRIO - DILIGÊNCIAS ESGOTADAS – RECURSO IMPROVIDO - MANUTENÇÃO DO ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. É de rigor a manutenção do arquivamento de Notícia de Fato registrada a partir de representação de concessionária de transporte coletivo urbano quanto à atuação de interventor nomeado para gerir a empresa, quando não se comprova a ocorrência de ato de improbidade, e se verifica, no curso dos autos, a adoção de medida judicial pelo empreendimento, que ingressou com ação visando à responsabilidade do interventor na administração de seus débitos e receitas, a qual foi julgada improcedente.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, negou provimento ao recurso e manteve a homologação da notícia de fato, nos termos do voto do Relator.*

7.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001086-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa decorrente da falta de manutenção em ambulância de propriedade do município de Ponta Porã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DA FALTA DE MANUTENÇÃO EM AMBULÂNCIA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO - PRESCRIÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 23, INCISO II, DA LEI N. 8.429/92 SUPOSTO DANO AO ERÁRIO - NÃO COMPROVADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. As irregularidades foram supostamente praticadas por servidor público efetivo pertencente ao Quadro de Servidores Públicos do Município de Ponta Porã, portanto deve ser aplicada a Lei Complementar Municipal n.º 121, de 12 de agosto de 2014, e nos termos do seu art. 229, o lapso prescricional é de 05 (cinco) anos. Advento da prescrição para propositura de Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa. Em relação ao ressarcimento do erário, não restou comprovado dano apto a ensejar o ajuizamento de ação. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações, pelo advento da prescrição. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000918-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível degradação ambiental em área pertencente ao Projeto de Assentamento Floresta Branca, em razão da ausência de curvas de nível em alguns lotes no local, o que vem acarretando o assoreamento das nascentes e córregos Serraria e Pedra Branca.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - COMARCA DE ELDORADO - APURAR POSSÍVEL DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA PERTENCENTE AO PROJETO DE ASSENTAMENTO FLORESTA BRANCA - IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO INCRA - INTERESSE DA UNIÃO - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL - ATRIBUIÇÃO DO MPF - ENUNCIADO Nº 16/2017 DO CSMP - DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO HOMOLOGADO. Compulsando os autos, denota-se que trata de imóvel de propriedade da União, portanto é alçada da Justiça Federal a sua apuração. Interesse inequívoco da União. Inteligência do artigo 109, inciso I, da Constituição Federal. Atribuição do MPF. Inteligência do Enunciado nº 16/2017 deste CSMP. Declínio de atribuição ao Ministério Público Federal homologado.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto da Relatora.*

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001396-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o cumprimento do reajuste do piso salarial nacional dos professores para o ano de 2015, conforme previsto na Lei n. 11.738/2008.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PEDRO GOMES -IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR O CUMPRIMENTO DO REAJUSTE DO PISO SALARIAL NACIONAL DOS PROFESSORES PARA O ANO DE 2015 - ATENDIMENTO DE RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL - IRREGULARIDADE SANADA - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Em atendimento à Recomendação expedida pela Promotoria de Justiça de origem, a Administração Pública Municipal reajustou o piso salarial dos professores da rede municipal de ensino. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002372-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Ouro Branco, Lea Bianchi Cardinal Borges

Assunto: Apurar suposto dano ambiental na Fazenda Ouro Branco, devido a exploração de 20 (vinte) hectares de vegetação nativa secundária.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BELA VISTA - MEIO AMBIENTE - APURAR SUPOSTO DANO AMBIENTAL NA FAZENDA OURO BRANCO DEVIDO A EXPLORAÇÃO DE 20 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA SECUNDÁRIA - TAC FIRMADO E INTEGRALMENTE CUMPRIDO - PERDA DO OBJETO - FALTA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com a requerida, o qual foi integralmente cumprido. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Promoção de Arquivamento homologada.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003359-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Carla Conti (Fazenda Flor de Bodoquena)

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais na Fazenda Flor da Bodoquena, situada no município de Bodoquena, consistente em explorar em área de reserva legal, madeiras protegidas por lei (aroeira, peroba rosa, castelo, angico), sem autorização do órgão ambiental competente.

Advogada: Ludhiana da Cruz Guimarães Rinaldi Netto – OAB/MS nº 16.451.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - COMARCA DE MIRANDA - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES AMBIENTAIS NA FAZENDA FLOR DE BODOQUENA CONSISTENTE EM EXPLORAR MADEIRAS PROTEGIDAS POR LEI SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE - AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMASUL - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – ATUAÇÃO RESOLUTIVA. O Relatório de Vistoria Técnica elaborado pelo Centro Integrado de Proteção e Pesquisa Ambiental CEIPPAM em parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS apontou que a requerida solicitou previamente as autorizações ambientais pertinentes para o aproveitamento do material lenhoso, o qual foi realizado fora da área de reserva legal. Situação ambiental regular. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora, impedido o Conselheiro Silasneiton Gonçalves, em razão de ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda e também da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica da substituição.*

6. Inquérito Civil nº 06.2015.00000324-4

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa e dano ao erário

envolvendo a empresa CRISTAL FHARMA LTDA (CNPJ 06.073.848/0001-27), entrega de notas fiscais sem empenho, fragmentação de notas fiscais com fito de não prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado e participação das servidoras Myriam Marcia Padial e Enir Lopez Nascimento Rosa em favorecimento financeiro ilícito.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DANO AO ERÁRIO ENVOLVENDO A EMPRESA CRISTAL PHARMA LTDA - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia anônima carece de verossimilhança, pois não foram constatadas irregularidades no certame em comento. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000692-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a prática de ato de improbidade administrativa consistente na contratação pelo município de Dois Irmãos do Buriti de empresa de propriedade do irmão do atual prefeito municipal para a execução de obra pública no distrito de Palmeiras.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - APURAR A PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSISTENTE NA CONTRATAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE EMPRESA DE PROPRIEDADE DO IRMÃO DO ATUAL PREFEITO PARA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia anônima carece de verossimilhança, pois a empresa vencedora do certame não é de propriedade do irmão do prefeito. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001321-0

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Energisa Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual irregularidade na prestação de serviços da empresa Energisa ao distrito de Salobra.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE MIRANDA - DIREITO DO CONSUMIDOR – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA EMPRESA ENERGISA AO DISTRITO DE SALOBRA - MEDIDAS ADOTADAS - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. As medidas a serem adotadas pela empresa Energisa para prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica de modo eficiente, assim o foram. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento da investigação. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora, impedido o Conselheiro Silasneiton Gonçalves, em razão de ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda e também da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica da substituição.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00003140-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual malversação de recursos decorrentes de evento beneficente realizado por meio de parceria entre o Poder Público e a iniciativa privada.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NOVA ALVORADA DO SUL - APURAR EVENTUAL MALVERSAÇÃO DE RECURSOS DECORRENTES DE EVENTO BENEFICENTE REALIZADO POR MEIO DE PARCERIA ENTRE O PODER PÚBLICO E A INICIATIVA PRIVADA - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia anônima carece de verossimilhança, pois o Município de Nova

Alvorada do Sul não repassou recursos para realização do evento “Feijoada Solidária”, apenas prestou auxílio, por meio da Secretaria de Assistência Social, na entrega dos cobertores para as famílias atendidas pela rede do Sistema Único de Assistência Social SUAS. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00003441-6

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Membros do Poder Legislativo Municipal

Assunto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente no enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário devido ao suposto pagamento indevido de diárias aos membros do Poder Legislativo Municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE RIO BRILHANTE - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSISTENTE NO SUPOSTO PAGAMENTO DE DIÁRIAS AOS MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL - TAC FIRMADO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NOS MOLDES DO ART 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ - ENUNCIADO Nº 09/2016 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – ATUAÇÃO RESOLUTIVA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com os requeridos. Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, consoante o artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00001883-8

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaporã

Assunto: Apurar a precária situação do Hospital Municipal Lourival Nascimento da Silva em Itaporã/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ITAPORÃ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR A PRECÁRIA SITUAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL LOURIVAL NASCIMENTO DA SILVA - RETORNO DOS AUTOS EM DILIGÊNCIA IRREGULARIDADE SANADA - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Convertido os autos em diligência, a Promotoria de Justiça de origem prosseguiu com as investigações, e não restou comprovada a prática de ato de improbidade administrativa, pois o Município de Itaporã realizou melhorias na estrutura do hospital municipal em comento, bem como regularizou a falta de equipamentos de proteção para os técnicos em radiologia. Dolo do agente público não constatado. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

12. Inquérito Civil nº 06.2018.00002815-8

Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual descumprimento de norma que estabelece gratuidade ou desconto de passagens interestaduais a idosos com renda igual

ou inferior a 2 salários mínimos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NOVA ALVORADA DO SUL - APURAR EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DE NORMA QUE ESTABELECE GRATUIDADE OU DESCONTO DE PASSAGENS INTERESTADUAIS A IDOSOS COM RENDA IGUAL OU INFERIOR A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS – IRREGULARIDADE NÃO CONSTATADA - PERDA DO OBJETO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia carece de verossimilhança, pois a Agência Nacional de Transportes Terrestres ANTT informou que a empresa em comento não realiza o trajeto pretendido pela declarante. Irregularidade não constatada. Perda do objeto. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

13. Inquérito Civil nº 06.2018.00000973-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Chácara Nossa Senhora Aparecida

Assunto: Apurar possível desmatamento de 2,04 hectares, ocorrido na Chácara Nossa Senhora Aparecida, de propriedade de Sebastião Mariano, localizada em Guia Lopes da Laguna/MS, sem licença ambiental do órgão competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE JARDIM - MEIO AMBIENTE - APURAR POSSÍVEL DESMATAMENTO DE 2,04 HECTARES OCORRIDO NA CHÁCARA NOSSA SENHORA APARECIDA SEM LICENÇA AMBIENTAL – TAC FIRMADO - INSTAURAÇÃO DE PA NOS MOLDES DO ART 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ - ENUNCIADO Nº 09/2016 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido. Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, conforme artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

14. Inquérito Civil nº 06.2018.00001825-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Joaquim Queiroz Celestrino

Requerido: Município de Alcinópolis

Assunto: Apurar denúncia de suposto depósito irregular de lixo por parte da Prefeitura Municipal de Alcinópolis/MS, de modo a causar danos ambientais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COXIM - MEIO AMBIENTE - APURAR DENÚNCIA DE SUPOSTO DEPÓSITO IRREGULAR DE LIXO POR PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL - MEDIDAS ADOTADAS - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A Polícia Militar Ambiental realizou vistoria no local e constatou que a área encontra-se isolada e sem quaisquer tipos de resíduos. Medidas adotadas. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento da investigação. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

15. Inquérito Civil nº 06.2018.00001612-9

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventual desvinculação das receitas do Fundo Municipal do Meio Ambiente e outros, nos termos do IC 21/2015/PJPPS/DD.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - APURAR EVENTUAL DESVINCULAÇÃO DAS RECEITAS DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E OUTROS - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O Município de Dourados efetuou de depósito do valor devido ao Fundo Municipal de Urbanização, acrescido de juros e correção monetária. Ressarcimento de eventual dano ao erário. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

16. Inquérito Civil nº 06.2018.00002407-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Vitória do Nascimento Bilk Gesser

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa praticado por servidora pública municipal, uma vez que é, em tese, “funcionária fantasma” da Secretaria de Administração de Itaquiraí.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ITAQUIRAÍ - APURAR SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO POR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL – SUPOSTAMENTE FUNCIONÁRIA FANTASMA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE ITAQUIRAÍ - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O município readaptou a jornada de trabalho da requerida, a

qual passou a cumprir regularmente a carga horária de 06 (seis) horas diárias das 05h30min às 11h30min. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

17. Inquérito Civil nº 06.2017.00000440-7

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: AAMI Associação de Amparo à Maternidade e à Infância Maternidade Cândido Mariano

Assunto: Apurar suposta irregularidade na Maternidade Cândido Mariano, consistente na proibição do acompanhamento de doulas às gestantes/parturientes atendidas pelo Hospital no âmbito do SUS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - SAÚDE PÚBLICA - APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA MATERNIDADE CÂNDIDO MARIANO CONSISTENTE NA PROIBIÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DE DOULAS ÀS GESTANTES/PARTURIENTES ATENDIDAS PELO HOSPITAL NO ÂMBITO DO SUS - MEDIDAS ADOTADAS - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O Relatório de Vistoria Técnica apontou que a presença de acompanhante é garantida e estimulada a todas as parturientes, em todas as etapas do atendimento, podendo ser qualquer pessoa escolhida pela paciente. Além disso, as doulas não tiveram mais problemas de acesso às dependências da maternidade, independentemente de serem vinculadas ao Projeto Doulas Voluntárias da AAMI. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento da investigação. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7.2.7. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000653-1

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. SANESUL, Município de Bonito

Assunto: Apurar eventual omissão do Poder Público Municipal em adotar providências sobre o lançamento de esgoto em via pública, causando inundações e odor, bem como ausência de cumprimento do dever de implemento de sistema de descarte de esgoto adequado na Vila Donária, neste município de Bonito-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL OMISSÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL EM ADOTAR PROVIDÊNCIAS SOBRE O LANÇAMENTO DE ESGOTO EM VIA PÚBLICA, CAUSANDO INUNDAÇÕES E ODOR, BEM COMO AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DO DEVER DE IMPLEMENTO DE SISTEMA DE DESCARTE DE ESGOTO ADEQUADO NA VILA DONÁRIA, NESTE MUNICÍPIO DE BONITO-MS. IRREGULARIDADES SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades noticiadas por Edilson Balbueno Leite, consistente na não implementação de sistema de descarte de esgoto adequado no bairro Vila Donária, no Município de Bonito/MS, o que originou o presente procedimento, foram devidamente sanadas, uma vez que o Município de Bonito informou nos autos que executou as obras para instalação da rede de esgoto no local, que já está em funcionamento (fl. 254). Dessa forma, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, o arquivamento do feito medida de rigor. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001724-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fabrício da Silva Nunes Viana

Assunto: Apurar o desmatamento de 4.100,68 m² de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica em área de Floresta Estacional-Semi-decidual Submontana, os quais 0,21 hectares da área desmatada estão localizados na propriedade rural Sítio Santa Luzia, propriedade não cadastrada no CAR/MS, no município de Mundo Novo/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 1459/19 da Polícia Militar Ambiental e Parecer n. 122/19/Nugeo - Programa DNA Ambiental 2016-2017.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR O DESMATAMENTO DE 4.100,68 M² DE VEGETAÇÃO NATIVA DO BIOMA MATA ATLÂNTICA EM ÁREA DE FLORESTA ESTACIONAL-SEMIDECIDUAL SUBMONTANA, OS QUAIS 0,21 HECTARES DA ÁREA DESMATADA ESTÃO LOCALIZADOS NA PROPRIEDADE RURAL SÍTIO SANTA LUZIA, PROPRIEDADE NÃO CADASTRADA NO CAR/MS, NO MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO/MS,

SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME AUTO DE INFRAÇÃO N. 1459/19 DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL E PARECER N. 122/19/NUGEO - PROGRAMA DNA AMBIENTAL 2016-2017. LITISPENDÊNCIA. OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 18/CSMP. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do presente procedimento está abrangido pelo objeto Inquérito Civil nº 06.2019.00001618-8, o qual foi instaurado em data anterior a do presente procedimento, também em face de Fabrício da Silva Nunes Viana, devendo permanecer o procedimento mais antigo, consoante disposto no Enunciado nº 18 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000381-6

Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jaraguari/MS

Assunto: Apurar a existência de vícios de construção e a ausência de rede elétrica no Loteamento Otaviano Pereira, em Jaraguari.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A EXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO E A AUSÊNCIA DE REDE ELÉTRICA NO LOTEAMENTO OTAVIANO PEREIRA, EM JARAGUARI. IRREGULARIDADES SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades apontadas na denúncia foram devidamente sanadas, uma vez que o técnico da Promotoria de Justiça atestou que o empreendimento conta com infraestrutura, como terraplanagem, rede de água e energia elétrica. Além disso, constatou-se que houve o calçamento das fossas sépticas, sanando o efeito de erosão nas laterais, bem como inexistem vícios no contrapiso, uma vez que ele é revestido de uma camada de concreto exatamente para proteção de fissuras e rachaduras decorrentes da longa exposição ao sol e chuvas. Dessa forma, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, o arquivamento do feito medida de rigor. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001700-0

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Instituto Acqua Ação, Cidadania, Qualidade, Urbana e Ambiental

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no quadro de funcionários do Hospital Regional de Cirurgias Eletivas de Dourados/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DO HOSPITAL REGIONAL DE CIRURGIAS ELETIVAS DE DOURADOS/MS. IRREGULARIDADES SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o Instituto Acqua, atual gestor do Hospital Regional de Cirurgias Eletivas de Dourados, demonstrou que realizou processo seletivo para contratação de novos funcionários, bem como que realizou suas respectivas contratações; que o hospital conta com um quadro de 39 médicos na unidade; que o registro de ponto eletrônico dos funcionários está em funcionamento. Dessa forma, verifica-se que as irregularidades que deram origem ao presente feito, apontados na denúncia de fls. 3/4, foram devidamente sanadas, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.8. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000682-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Miranda

Assunto: Apurar a ausência de drenagem na Rua 1º de Maio, Bairro Vilas Boas, em Miranda, bem como eventuais danos ocasionados à coletividade e saúde pública.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A AUSÊNCIA DE DRENAGEM NA RUA 1º DE MAIO, BAIRRO VILAS BOAS, EM MIRANDA, BEM COMO EVENTUAIS DANOS OCASIONADOS À COLETIVIDADE E SAÚDE PÚBLICA – NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1.

Analisando os autos, verifica-se prematuro o arquivamento sob a justificativa de que houve a resolutividade do feito com a adoção das medidas cabíveis pela administração pública municipal, tendo em vista que algumas irregularidades descritas no Relatório de Vistoria do Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução (DAEX) não foram devidamente investigadas e resolvidas; 2. O referido relatório apontou irregularidades como a existência de resíduos sólidos na região brejosa e no córrego; degradação na nascente do corpo d'água, criação de animais na área de preservação permanente e aterramento da nascente brejosa; ausência de delimitação da faixa de área de preservação permanente; lançamento de esgoto numa rede de drenagem inacabada; esgoto empoçado sob condições favoráveis ao desenvolvimento de doenças tropicais; 3. Necessário promover diligências no sentido de que o Município de Miranda adote as medidas cabíveis para sanar as irregularidades apresentadas pelo Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução (DAEX), bem como se as moradoras notificadas regularizaram a situação referente à ligação à rede de esgoto; 4. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator, impedido o Conselheiro Silasneiton Gonçalves, em razão de ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda e também da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica da substituição.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002080-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Porto Murtinho – MS e Secretaria Municipal de Educação de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventual contratação de professores na rede escolar municipal da Escola Rural Bonifácio Gomes, sem a devida qualificação técnica e profissional, em consonância ao disposto no art. 61 e seguintes da

Lei Federal n. 9.394/96.

Advogada: Maisa Oviedo Milandri – OAB/MS nº 17.666.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES NA REDE ESCOLAR MUNICIPAL DA ESCOLA RURAL BONIFÁCIO GOMES, SEM A DEVIDA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL, EM CONSONÂNCIA AO DISPOSTO NO ART. 61 E SEGUINTE DA LEI FEDERAL N. 9.394/96 – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As diligências empreendidas não constatarem as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil, nem parcialmente; 2. Restou demonstrado que os professores que lecionam no ensino médio possuem formação em nível superior, já os possuem formação de nível médio, lecionam na zona rural em séries iniciais, o que é permitido pela legislação; 3. O art. 62 da Lei nº 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional) admite a formação oferecida em nível médio, na modalidade normal para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental; 4. A Secretaria Municipal de Educação encaminhou documentos comprovando a qualificação de todos os docentes em caráter efetivo e convocados; 5. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 6. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001511-2

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Alexandre Henrique Alves Borges

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar a adequação do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Paranaíba.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR A ADEQUAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍBA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do procedimento preparatório foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública. 2. Nota-se que a Câmara Municipal de Paranaíba promoveu as adequações necessárias referentes às informações relacionadas ao processo legislativo, estando em conformidade com a Lei n. 12.527/2012 (Acesso a Informações); 3. Ressalta-se que estão disponíveis para consulta, no sítio eletrônico da Câmara Municipal, todas as indicações, moções, projetos em tramitação, projetos tramitados e requerimentos relacionados ao processo legislativo; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de

arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000006-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antonio Cavalcante - M.P Empreendimentos Ltda.

Assunto: Apurar possíveis irregularidades e necessidade de ressarcimento ao erário no que tange ao Processo Administrativo Licitatório n. 2/2010, do Município de Mundo Novo-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES E NECESSIDADE DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO NO QUE TANGE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N. 2/2010, DO MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO/MS – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PRESCRIÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se a ocorrência da prescrição para a propositura de eventual ação de improbidade administrativa por violação aos princípios administrativos, assim como a ausência de comprovação de lesão ao erário municipal; 2. No presente caso, verifica-se que o mandato eletivo do então gestor público municipal encerrou-se em 31.12.2012, tendo a prescrição ocorrido em 1.1.2018; 3. Conforme parecer técnico do Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução (DAEX), restou prejudicada a análise de eventual sobrepreço na contratação em tela, em razão da planilha orçamentária base ter sido equivocadamente estruturada pela administração pública municipal, não sendo possível a comprovação de danos ao erário; 4. Ademais, juntou-se aos autos documentos que demonstram a efetiva execução dos serviços contratados para a adequação da estrada rural denominada Vale dos Peixes; 5. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 6. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002105-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Negro

Assunto: Apurar eventual deficiência de transporte público no Distrito Nova Esperança, situado no Município de Rio Negro, bem como as condições de higiene do posto de saúde da localidade, tanto em suas dependências quanto no entorno.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL DEFICIÊNCIA DE TRANSPORTE PÚBLICO NO DISTRITO NOVA ESPERANÇA, SITUADO NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO, BEM COMO AS CONDIÇÕES DE HIGIENE DO POSTO DE SAÚDE DA LOCALIDADE, TANTO EM SUAS DEPENDÊNCIAS QUANTO NO ENTORNO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. administração pública municipal contratou empresa privada para o fornecimento de transporte intramunicipal gratuito referente à linha Rio Negro/Nova Esperança-Perdigão/Rio Negro, realizado 2 vezes na semana, o qual foi iniciado em 13.8.2019; 3. Ademais, houve a realização limpeza e manutenção das instalações do Posto de Saúde, conforme documentos fotográficos juntados aos autos; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000927-6

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Escola Carrossel Novo Estilo Ltda. - ME

Assunto: Apurar e tomar providências sobre eventual ausência de acessibilidade na Escola Carrossel Novo Estilo.

Advogados: Daniel Lima Mendes – OAB/MS nº 21.439, Lucas Lincoln de Oliveira Matsumoto – OAB/MS nº 21.680 e William Wagner Maksoud Machado – OAB/MS nº 12.394.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR E TOMAR PROVIDÊNCIAS SOBRE EVENTUAL AUSÊNCIA DE ACESSIBILIDADE NA ESCOLA CARROSSEL NOVO ESTILO – INSTRUÇÃO CONCLUÍDA – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Ao

final da instrução, houve a celebração de Termo de Ajuste de Conduta às exigências legais, mediante cominações, nos termos dos arts. 33 e 34 da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil), para a resolução das seguintes irregularidades: necessidade de adequação da Escola Carrossel Novo Estilo Ltda. – ME à legislação de acessibilidade, conforme Relatório de Vistoria de Acessibilidade apresentado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana; 2. Para a fiscalização do cumprimento do pactuado no ajustamento de conduta, houve a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000640-2, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 3. Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 29 de abril de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

SECRETARIA-GERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 6/2020-SEG/MPMS, DE 29 DE ABRIL DE 2020.

Delega atribuição relativa à coordenação e ao planejamento das atividades institucionais relacionadas à área de Comunicação.

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais e

CONSIDERANDO que cabe à Secretária-Geral dirigir, planejar, coordenar, supervisionar e orientar as atividades administrativas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS);

CONSIDERANDO que cabe à Secretária-Geral efetuar despachos de mero expediente e impulso nos documentos e processos administrativos, tais como a determinação de registro e autuação de documentos, encaminhamento dos expedientes para análise dos órgãos da Administração Superior, de administração, de execução e auxiliares do Ministério Público;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 6/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, prevê, entre as atribuições do cargo de provimento em comissão de Assessor de Procurador-Geral, função de Assessor de Comunicação, símbolo MPAS-201, o exercício de outras atribuições que lhe forem conferidas;

CONSIDERANDO que, por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, que promoveu a reforma do Poder Judiciário, visando torná-lo mais célere, foi inserido no art. 93 da Constituição da República o inciso XIV, com a seguinte redação: “os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório”;

CONSIDERANDO que o preceito acima mencionado se aplica ao Ministério Público brasileiro, por força da simetria estabelecida nos termos do art. 129, § 4º, da Constituição da República;

CONSIDERANDO a necessidade de se atribuir agilidade, eficiência e economia processual aos procedimentos administrativos em trâmite na Assessoria de Comunicação;

CONSIDERANDO, por fim, que há necessidade de um servidor da Assessoria de Comunicação coordenar e planejar as atividades institucionais relacionadas à área,

RESOLVE:

Art. 1º Delegar à servidora Cynthia Maria Souza da Silveira, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Procurador-Geral, função de Assessor de Comunicação, símbolo MPAS-201, as seguintes atribuições:

- I - formular a política de comunicação do MPMS, conforme as diretrizes institucionais;
- II - uniformizar o discurso, o tom e a identidade visual do MPMS e zelar para que estejam sempre em conformidade ao planejamento estratégico;
- III - gerenciar o conteúdo produzido pela Assessoria de Comunicação, avaliando sua pertinência e métricas para a utilização criteriosa, verificando ainda a correta utilização dos termos jurídicos;
- IV - propor, organizar e sistematizar os trabalhos de cobertura jornalística, campanha publicitária e divulgação estratégica de atividades e atos do Procurador-Geral de Justiça;
- V - acompanhar o fluxo de trabalho dos núcleos da Assessoria de Comunicação - jornalismo, *marketing* e produção multimídia;
- VI - indicar a linha criativa e editorial em ações de *marketing*, matérias, peças de publicidade, conteúdo de redes sociais, entre outros da natureza do setor;
- VII - coordenar os trabalhos administrativos do setor, auxiliando nos despachos;
- VIII - organizar e manter atualizado o cadastro de fornecedores e de meios de comunicação;
- IX - supervisionar o atendimento a membros, servidores, imprensa e órgãos internos e externos no tocante aos serviços de comunicação;
- X - planejar programas e projetos de comunicação interna e externa, de interesse institucional;
- XI - implementar ações que facilitem o alcance e a divulgação do trabalho do MPMS nos meios de comunicação;
- XII - acompanhar os processos de licitação e compras para a contratação de fornecedores relacionados à área;
- XIII - promover a articulação com as diversas áreas do MPMS no sentido de estabelecer unicidade no discurso e na postura institucional;
- XIV - sugerir cursos, programas de treinamento, desenvolvimento e aprimoramento da capacitação da equipe;
- XV - manter correspondência e intercâmbio com os demais Ministérios Públicos do país e órgãos de interesse, por meio de suas assessorias;
- XVI - planejar as Diretrizes de Comunicação (organograma, funções, atividades e procedimentos);
- XVII - realizar o levantamento das demandas de recursos de tecnologia e comunicação necessários à manutenção e à ampliação dos serviços;
- XVIII - estabelecer os cronogramas de ações e de divulgações do MPMS;
- XIX - controlar a frequência dos servidores lotados na Assessoria de Comunicação e elaborar sua escala anual de férias;
- XX - executar, em geral, os demais atos e medidas relacionados com suas finalidades, inclusive quanto ao preparo de expedientes próprios.

Art. 2º A servidora acima mencionada zelar pelo fiel cumprimento desta Ordem de Serviço, em sua forma e em seus limites.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura.

Campo Grande, 29 de abril de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MPMS

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0005/2020/30PJ/CGR**

A 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Av. Ricardo Brandão, 232, Itanhangá Park, nesta Capital.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000573-6

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos instrumentos convocatórios das Concorrências n. 39/2017 e 57/2017, realizadas no âmbito da AGESUL, bem como eventual ato de improbidade administrativa delas decorrente.

Campo Grande, MS, 28 de abril de 2020.

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0011/2020/31PJ/CGR

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório:

Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000471-5

Requerente: SIGILOSO

Requerido: A SIGILOSO

Assunto: SIGILOSO

Campo Grande/MS, 28 de abril de 2020.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**JARDIM****EDITAL 06.2020.00000214-0**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000

Inquérito Civil nº 06.2020.00000214-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Walmir Toniolli

Assunto: apurar o desmatamento de uma área de aproximadamente 12,26 hectares de vegetação nativa na propriedade rural denominada Fazenda Santo Antônio, localizada no município de Jardim/MS, de propriedade de Walmir Toniolli.

Jardim, 21 de fevereiro de 2020.

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça

NAVIRAÍ

EDITAL N° 0016/2020/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000580-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Carlos Farias dos Santos

Assunto: Apurar os fatos narrados no BO 1662/2020, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

Naviraí, 28 de abril de 2020.

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0017/2020/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000579-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sérgio Ricardo Soares Goes

Assunto: Apurar os fatos narrados no BO 1661/2020, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

Naviraí, 28 de abril de 2020.

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0018/2020/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000578-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Auto Posto Ipiranga

Assunto: Apurar os fatos narrados no BO 1559/2020, em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

Naviraí, 28 de abril de 2020.

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

SÃO GABRIEL DO OESTE

RECOMENDAÇÃO

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001493-5

CONSIDERANDO que é de competência material (administrativa) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas (art. 23, inciso VI, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é de competência dos Municípios legislar e organizar os assuntos de interesse local, assim compreendidos os serviços públicos de interesse local, bem como as atividades essenciais (art. 30, incisos I e V, da Constituição Federal), e que, por manifestarem interesse local, as normas sanitárias locais prevalecem sobre as federais;

CONSIDERANDO o quadro de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII, conforme declarações da Organização Mundial de Saúde – OMS, que considerou o novo coronavírus uma epidemia, emitida em 30 de janeiro de 2020, e a caracterização da propagação do vírus como pandemia, em razão da amplitude mundial, conforme publicações datadas em 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria MS nº 188, 3 de fevereiro de 2020, em que consta a declaração do Ministério da Saúde, nos termos do Decreto Federal nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, do Estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, com a mobilização do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COEnCoV), como mecanismo nacional de gestão coordenada de respostas à emergência na esfera nacional, sob a coordenação da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde – SVS/MS;

CONSIDERANDO a Resolução nº 11/SES/MS que instituiu no artigo 1º o Centro de Operações de Emergência para o enfrentamento do novo coronavírus, em caráter emergencial, para auxiliar na definição de diretrizes estaduais para vigilância, prevenção e controle, bem como o acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Saúde (SES) e Instituições Envolvidas;

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal nº 13.979/2020, que prevê medidas que poderão ser adotadas pelo Brasil para o enfrentamento da emergência de saúde pública de abrangência internacional decorrente do coronavírus, incluindo o isolamento e de quarentena, que envolvem não apenas a restrição de atividades e a separação de pessoas, com também de objetos, tais como bagagens, meios de transporte, mercadorias, encomendas postais, contêineres, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus (art. 2º da Lei);

CONSIDERANDO que o Decreto Federal nº 10.292, de 25.03.2020, regulamentando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, acrescentou como atividades essenciais a captação e o tratamento de esgoto e lixo (artigo 3º, inciso IX);

CONSIDERANDO que a Lei Federal 11.445/2007 considera como saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, entendidos como o conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas (alínea “c” do inc. I do art. 3º da Lei), entre outros serviços;

CONSIDERANDO o gerenciamento de resíduos sólidos como um conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos (art. 3º, inciso X);

CONSIDERANDO que o art. 7º da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) destaca, entre os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.391, de 16 de março de 2020, que dispõe medidas temporárias a

serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2), no território sul-mato-grossense;

CONSIDERANDO que as medidas adotadas em âmbito local possuem o objetivo de desacelerar a contaminação do coronavírus e garantir que a rede de saúde local não entre em colapso, de modo a atender da melhor maneira os indivíduos que venham dela necessitar;

CONSIDERANDO que a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS-Brasil) divulgou orientação em sítio eletrônico no sentido da necessidade de se manter pelo menos 1 metro de distância entre qualquer pessoa que esteja tossindo ou espirrando, visto que quando alguém tosse ou espirra, pulveriza pequenas gotas líquidas do nariz ou da boca, que podem conter vírus, e se um indivíduo estiver próximo, poderá inspirar as gotículas, inclusive do vírus da COVID-19, se a pessoa que tossir tiver a doença¹;

CONSIDERANDO o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19, publicado pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, em fevereiro de 2020²;

CONSIDERANDO que estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho (art. 6º, inciso V, da Lei 8.080/1990);

CONSIDERANDO que o meio ambiente do trabalho compreende o conjunto das condições internas e externas do local de trabalho e sua relação com a saúde e segurança dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que é direito dos trabalhadores, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança Constituição Federal (artigo 7º, inciso XXII);

CONSIDERANDO as recomendações da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental no sentido de que “os serviços de coleta seletiva, transporte e de manejo nas Instalações de Recuperação dos Resíduos tornam-se inviáveis neste período, devido aos riscos que apresentam e devem ser paralisados” e que “os catadores de materiais recicláveis devem ser compensados por meio de um AUXÍLIO SOCIAL TEMPORÁRIO, a ser instituído nos governos locais”³;

CONSIDERANDO que a Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê o dever do titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos em priorizar a organização e o funcionamento de Cooperativas de Catadores integradas por pessoas físicas de baixa renda, bem como a sua contratação (artigo 36, caput, da Lei 12.305/2010);

CONSIDERANDO o comando de que o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda (§ 1º, artigo 36, da Lei 12.305/2010);

CONSIDERANDO a indispensável e premente necessidade de cooperação de todos, indistintamente, no combate à pandemia da COVID-19 causada pelo coronavírus, bem como a situação de vulnerabilidade e constante violação dos direitos humanos dos Catadores de resíduos recicláveis e a necessidade de implementação dos objetivos fundamentais da Federação, que é a construção de uma sociedade solidária, da erradicação da pobreza, da marginalização e da redução das desigualdades sociais, o que inclui o amparo das Cooperativas e Associações de Catadores;

CONSIDERANDO a Lei Ordinária n. 13.982/2020, que entrou em vigor na data de 02.04.2020, com objetivo de auxiliar emergencialmente os trabalhadores informais e pequenos empreendedores que ficarão sem renda (ou com a renda comprometida) diante da quarentena e isolamento para prevenção do coronavírus;

Resolve RECOMENDAR, ao Município de São Gabriel do Oeste/MS, na pessoa do Prefeito Municipal e do

¹ https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

² <https://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/13/plano-contingencia-coronavirus-COVID19.pdf>

³ <http://abes-dn.org.br/wp-content/uploads/2020/03/RECOMENDACOES-PARA-A-GESTAO-DE-RESIDUOS-EM-SITUACAO-DE-PANDEMIA-POR-CORONAVIRUS-COVID-19-4.pdf>

Secretário de Desenvolvimento Econômico que:

- Regulamentem a atividade de coleta e tratamento de resíduos sólidos junto às Unidades de Tratamento de Resíduos (UTR's), em razão da pandemia, com base nas recomendações técnicas da OMS e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), respeitadas as peculiaridades locais e a presença ou não de casos confirmados de COVID-19 no território do Município, avaliando, inclusive, se é caso da suspensão das atividades da UTR, com suspensão da coleta seletiva no Município de São Gabriel do Oeste/MS;

- Caso a opção seja pela paralisação temporária da UTR, que realize o levantamento emergencial de informações sobre os auxílios assistenciais e financeiros temporários dirigidos à Cooperativa de Catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda (COOPERASGO), para que os mesmos possam receber o auxílio material necessário;

- Caso a opção seja pela paralisação temporária da UTR, que continuem apoiando financeiramente as cooperativas e demais formas de associativismos, inclusive com acréscimo de eventuais valores já pagos, mantendo o repasse dos valores de convênio ou contrato junto as cooperativas e associações de catadoras e catadores de materiais recicláveis e buscando apoiar e garantir uma renda mínima para este grupo de trabalhadores;

- Caso a opção seja pela continuidade do funcionamento da UTR, que façam valer as determinações constantes nas normas municipais sanitárias frente às Unidades de Tratamento de Resíduos (UTR's) localizadas em seu território, em decorrência da pandemia, mantendo o abastecimento de EPIS em dia, tais como álcool gel, luvas, máscaras, álcool 70, dentre outros materiais, além de orientar os cooperados quanto às regras de prevenção do coronavírus;

- Mesmo que seja mantido o funcionamento da UTR, que realize o levantamento emergencial de informações sobre os auxílios assistenciais e financeiros temporários dirigidos à Cooperativa de Catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda (COOPERASGO), para que os mesmos possam receber o auxílio material necessário e continuem apoiando financeiramente, inclusive com acréscimo de eventuais valores já pagos, mantendo o repasse dos valores de convênio ou contrato junto as cooperativas e associações de catadoras e catadores de materiais recicláveis e buscando apoiar e garantir uma renda mínima para este grupo de trabalhadores.

Informa-se que o não acolhimento da presente recomendação poderá ensejar o ajuizamento outras medidas cabíveis.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado (por meio do e-mail: 2pjsaogabrieladooeste@mpms.mp.br), no prazo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento da presente, se a autoridade acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, com o encaminhamento de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Por fim, ressalte-se que diante da urgência que o caso requer, aliado a situação enfrentada, a presente recomendação será encaminhada através dos canais digitais disponíveis (e-mail), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

Encaminhe-se cópia desta Recomendação para publicação no DOMP/MS.

Por fim, em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 45 da Resolução n. 15/2007/PJG, determino aos destinatários a divulgação adequada e imediata desta Recomendação no Diário Oficial do Município.

São Gabriel do Oeste/MS, 28 de abril de 2020.

LINDOMAR TIAGO RODRIGUES

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N.º 0009/2020/02PJ/SGO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade, ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00001493-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de São Gabriel do Oeste.

Assunto: Acompanhar e fiscalizar as ações e medidas que estão sendo tomadas quanto ao funcionamento da atividade de coleta e tratamento de resíduos sólidos junto à Unidade de Tratamento de Resíduos (UTR), em decorrência do novo CORONAVÍRUS (COVID-19).

São Gabriel do Oeste, MS, 28 de abril de 2020.

LINDOMAR TIAGO RODRIGUES

Promotor de Justiça em Substituição Legal

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

GLÓRIA DE DOURADOS

PA DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS Nº 09.2020.00001546-7.

NOTICIANTE: CAOPPE - Centro de Apoio Operacional da Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, Fundações e Eleitoral, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

INTERESSADO: Município de Glória de Dourados.

OBJETO: Acompanhar e fiscalizar as ações do Município de Glória de Dourados/MS no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), notadamente relacionados ao sistema de controle interno e à promoção de procedimentos licitatórios.

RECOMENDAÇÃO Nº 0005/2020/PJ/GDS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por meio da Promotoria de Justiça de Glória de Dourados/MS, com fundamento nos arts. 127 e 129, III, da CF/88, no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, no art. 26, IV, alíneas "a" e "b", da Lei Complementar Estadual nº 75/94 autorizado a expedir recomendações, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como o respeito aos interesses e direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover e;

CONSIDERANDO o disposto pela Lei nº 13.979/2020, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, para o enfrentamento da pandemia do Covid-19, notadamente em relação a normas de licitações e contratos administrativos, dispondo sobre hipótese excepcional e temporária de dispensa de licitação, aplicável a todos os entes federativos;

CONSIDERANDO que, a respeito da regulamentação pertinente às aquisições pela Administração Pública trazida pela Lei nº 13.979/2020, com as alterações promovidas pela Medida Provisória nº 926/2020, pode-se concluir que:

1. incide exclusivamente na aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos que tenham por finalidade o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, mostrando-se manifestamente inviável a aquisição, por meio de dispensa de licitação fundamentada na mencionada lei, de bens, serviços e insumos com finalidade diversa, sendo descabida qualquer interpretação extensiva da permissão legal;

2. trata-se de espécie de lei excepcional, que tem sua vigência limitada ao período em que perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de forma que, uma vez cessada a emergência de saúde, que dependerá do contexto fático da unidade federativa que aplicar a norma, inviável se tornará a realização de dispensa de licitação com tal fundamento. A única ressalva a essa regra de temporariedade não diz respeito à hipótese de incidência para a realização da dispensa em si, mas apenas quanto à duração dos contratos pactuados sob a égide da novel

lei, que perdurarão até o término de seu prazo de vigência, nos termos do artigo 8º, salvo hipótese de eventual rescisão;

3. as informações pertinentes às aquisições realizadas deverão ser imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico, na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei nº12.527/2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e respectivo processo de contratação ou aquisição;

4. excepcionalmente, quando houver demonstração inequívoca da existência de um único fornecedor para determinado bem ou serviço, será admissível a contratação de empresa que esteja com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso;

5. admite-se a aquisição de bens e contratação de serviços, que envolvam equipamentos usados, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido;

6. presumem-se atendidas, nas dispensas de licitação objeto da Lei Federal nº 13.979/2020, não havendo, portanto, necessidade de comprovação: - ocorrência de situação de emergência; - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; - existência de risco à segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência;

7. quando se tratar de bens e serviços comuns, assim entendidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (definição do artigo 3º, II, do Decreto Federal nº 10.024/2019), não será exigida a elaboração de estudos preliminares;

8. gerenciamento de riscos somente será exigível durante a fase de gestão do contrato (artigo 4º-D da Lei nº13.979/2020);

9. será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado, com os elementos constantes do artigo 4º-E, §1º, da Lei nº13.979/2020;

10. excepcionalmente e mediante justificativa expressa da autoridade competente, demonstrada e atestada essa excepcionalidade, será dispensada a estimativa de preços à que alude o artigo 4º-E, inciso VI, da Lei nº13.979/2020;

11. mediante justificativa nos autos, poderá o Poder Público contratar os bens e serviços objeto da Lei nº 13.979/2020 por valores superiores à estimativa realizada, em razão de oscilações ocasionadas pela variação de preços, mediante a apresentação dos comprovantes de custos que a empresa assumiu para executar o objeto contratado, evitando assim sobrepreço e a prática de preços exorbitantes;

12. havendo restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, pode a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do artigo 7º da Constituição (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos);

13. a vigência dos contratos limita-se a seis meses, podendo ser prorrogada por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública; e

14. admite-se previsão de que os contratados se obriguem a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até 50% do valor inicial atualizado do contrato.

CONSIDERANDO as orientações do Manual de Compras Diretas do Tribunal de Contas da União⁴;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.979/2020, ao regular a aquisição, pela administração pública, de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de

⁴ Manual de Compras Diretas do TCU <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24D6E86A4014D71A8CEA96335>

importância internacional decorrente do coronavírus, preserva a necessidade da correta motivação, com as razões de escolha do fornecedor e do preço, conforme assentado no art. 26, II e III, da Lei nº 8.666/93, não autorizando, em momento algum, que estas aquisições sejam desmesuradas e irracionais.

CONSIDERANDO que, em verdade, o que se tem é uma inovação legislativa no intuito de assegurar maior celeridade e menor burocracia na rotina administrativa dos órgãos públicos, diante da excepcional situação de emergência decorrente da Pandemia do COVID-19, que exige rápida e eficiente resposta dos gestores públicos e eficaz controle dos órgãos de fiscalização;

CONSIDERANDO que, nesse contexto, surge a necessidade de atuação dos sistemas de controle interno no acompanhamento, fiscalização e no auxílio aos órgãos públicos para a implementação das diretrizes impostas pelas circunstâncias (emergência sanitária), em especial no que diz respeito à necessidade de observância, pelos Municípios, do que estabelece a Lei Federal nº 13.979/2020, com a recomendação e o aval do Ministério Público para que o controle interno adote estratégias urgentes de atuação em matéria de contratações públicas calamitosas e emergenciais e, portanto, sem licitação, assegurando que somente ocorram desde que efetivamente se enquadrem nas especiais hipóteses legais;

CONSIDERANDO que em razão das regras instituídas pela Lei nº 13.979/2020, as contratações administrativas devam ser amíúde acompanhadas pelos sistemas de controle interno dos Municípios, devendo o controlador interno adotar todas as providências necessárias para detectar inconformidades relacionadas às hipóteses de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que, em atenção ao princípio republicano, e à necessidade de salvaguardar os fins que legitimam a atuação do Poder Público, o legislador constituinte preconizou a todo ente federado, inclusive aos Municípios, submetam seus atos de gestão aos sistemas de controle interno (art. 31 da Constituição Federal), cujas atribuições foram desde logo fixadas pela própria Carta Política, dentre as quais, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do próprio ente político e dos órgãos e entidades da Administração a ele vinculados (arts. 70 e 74 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que as unidades de controle interno de cada um dos Poderes e órgãos do ente federado devem atuar de forma coordenada, inseridas em sistema dotado, nos termos da Constituição Federal, de atribuições mínimas relacionadas à avaliação do “cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União”; à comprovação da legalidade e avaliação dos “resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades de direito privado”; e ao exercício do “controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União” (art. 74 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o legislador constituinte prevê, ainda, entre as funções precípuas do sistema de controle interno, o apoio aos órgãos de “controle externo no exercício de sua missão institucional” (art. 74, inc. IV, da Constituição Federal), decorrendo da atuação eficiente das instâncias administrativas de controle interno a otimização do desempenho das funções constitucionais de órgãos de controle externo da Administração Pública, como os Tribunais de Contas do Estado e da União, assim como o próprio papel do Ministério Público e do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que a normativa constitucional referente às atribuições dos órgãos de controle interno é refletida em diversos dispositivos infraconstitucionais que estabelecem relevantes funções para esta instância de controle, como os arts. 75 e segs., da Lei nº 4.320/64; arts. 6º, 13 e 14, do DecretoLei nº 200/67; arts. 1ª, 54 e 59, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e, mais recentemente, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e Lei do Marco regulatório do 3º Setor (Lei nº 13.019/2014), que atribuem aos órgãos de controle interno a tarefa de assegurar o cumprimento da lei e a gestão dos serviços de acesso à informação pública; conduzir processos administrativos de responsabilização de empresas envolvidas na prática de atos lesivos contra a Administração; e de fiscalizar as transferências voluntárias de recursos públicos às organizações de sociedade civil, respectivamente;

CONSIDERANDO que cabe ao sistema de controle interno alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que adote, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos e fatos inquinados de ilegalidade, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em dano ou prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos,

ou quanto não forem prestadas as contas ou, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

CONSIDERANDO que a relevância do controle interno na detecção e correção de irregularidades administrativas, no aprimoramento da gestão pública, no recebimento de reclamações ofertadas por cidadãos e na promoção da transferência e do controle social, atividades todas que concorrem, de forma decisiva, para prevenção de ilícitos mais graves, como atos de corrupção e improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais e judiciais cabíveis, bem como fiscalizar a correta aplicação da legislação, conforme dispõem o art. 127, “caput”, e o art. 129, inciso III, ambos da CF/88;

E CONSIDERANDO, enfim, a necessidade de haver fiscalização dos atos da Administração Pública em todas as esferas, visando evitar a prática de atos de improbidade administrativa, o aumento do endividamento do Estado, notadamente no que pertine às contratações levadas e efeito sob a égide da Lei nº 13.979/2020;

RESOLVE, tendo em vista, portanto, que a contratação direta permanece sendo exceção e a realização de licitação a regra, mesmo que durante o período de calamidade pública de saúde decretada em razão da COVID-19, RECOMENDAR, com fulcro no art. 129, inc. III, da CF, e artigo 26, IV, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar Estadual nº 75/1994, ao SISTEMA DE CONTROLE INTERNO do Município de Glória de Dourados/MS, na pessoa de seu Controlador Geral, que:

1) Verifique a formalização de processos de dispensa licitatória e/ou celebração ou execução de contratações diretas atestadas como emergenciais ou de calamidade pública em situações que não se enquadrem na Portaria nº 188/2020, do Ministério da Saúde e na Lei Federal nº 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020;

2) Verifique a contratação diretamente por dispensa de licitação na situação de emergência ou calamidade pública declarada, que tenha se dado sem que instaurado, instruído e finalizado procedimento administrativo que contenha todos os requisitos e pressupostos formais e materiais, de existência e de validade, tal como descritos nos termos desta recomendação e fundados na Lei Federal nº 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020;

3) Verifique se as contratações diretas (seja por dispensa seja por inexigibilidade) levadas e efeito em razão da situação de emergência ou calamidade pública declarada, estabelecem, de maneira clara e objetiva, o seu fundamento- se no art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/93 ou se no art. 4º e seguintes da Lei nº 13.979/20;

4) Verifique a existência de contratação por dispensa de licitação, pautada na emergência ou calamidade pública declarada, que não cumpra as condicionantes do art. 4º da Lei nº 13.979/2020, principalmente e sem prejuízo às disposições da Lei nº 8.666/93, observado o seguinte: - que o objeto licitado se refira tão somente aos bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus; - que a exigência de elaboração de estudos preliminares só seja dispensada quando se tratar de bens e serviços comuns; - que, quando adotado o termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado, atenda-se ao art. 4º, §1º, da Lei 13.979/20; - que a dispensa de estimativa de preços só seja dispensada de maneira excepcional, mediante justificativa da autoridade competente; - que a dispensa de apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do *caput* do art. 7º da Constituição – só ocorra de forma excepcional, na hipótese de haver restrições de fornecedores ou prestadores de serviço, mediante justificativa da autoridade competente; - que seja respeitado o prazo máximo de duração dos contratos de 06 (seis) meses ou apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, o que ocorrer primeiro;

5) Verifique se foram declarados nulos pelo gestor público, depois de declarada a situação de emergência ou calamidade, processos de dispensa licitatória que contrariem os requisitos do art. 4º da Lei nº 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, art. 24, IV e art. 26, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, quando aplicáveis, e demais dispositivos do mesmo diploma;

6) Verifique a elaboração, pelo Município, do plano de contingência, com a previsão de ações conforme os níveis de resposta, indispensável ao balizamento da necessidade e adequação das ações empreendidas, dentre elas as contratações diretas, fundadas no art. 4º da Lei nº 13.979/2020 e art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93;

7) Verifique se estão sendo publicadas, em sítio eletrônico específico no Portal da Transparência do Município, todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro no art. 4º da Lei nº 13.979/2020 e no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, em razão da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, declarada, conforme determina o art. 4º, § 2º, da Lei nº 13.979/2020.

Para a execução das medidas de acompanhamento e fiscalização e no auxílio aos órgãos públicos para a implementação das diretrizes impostas pelas circunstâncias de emergência sanitária, em especial no que diz respeito à necessidade de observância, pelo Município, do que estabelece a Lei Federal nº 13.979/2020, deverá o SISTEMA DE CONTROLE INTERNO do Município de Glória de Dourados/MS adotar todas as medidas necessárias, procedendo conforme suas atribuições, levando ao conhecimento da autoridade administrativa as inconformidades de que tiver conhecimento, para adoção de providências, bem como representar ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público quando a autoridade administrativa não as adotar para atuação corretiva.

Nos termos do art. 8º, IV e § 5º da LC nº 75/93 – Lei Orgânica do Ministério Público da União - c/c art. 80 da Lei nº 8.625/93 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público -, deverão ser encaminhadas, no *e-mail* institucional caopjpps@mpms.mp.br, a este órgão ministerial, informações acerca das providências adotadas para o cumprimento da presente recomendação, sobretudo os relatórios e notificações de inconformidades não sanadas pela autoridade administrativa competente.

Findo o período de emergência sanitária no âmbito do Município de Glória de Dourados/MS, deverá o SISTEMA DE CONTROLE INTERNO enviar ao Ministério Público relatório circunstanciado das atividades de acompanhamento e fiscalização das medidas adotadas à garantia da lisura dos processos de contratação e execução dos correlatos contratos relacionados ao enfrentamento do COVID -19.

Cópia desta recomendação deverá ser enviada ao Prefeito Municipal, para conhecimento das medidas aqui adotadas, bem como para que disponibilize ao controlador interno condições adequadas ao desempenho de suas funções, garantindo-lhe acesso irrestrito a todas as informações, sistemas, bancos de dados e registros, permitindo, assim, a participação da controladoria interna no acompanhamento integral das despesas executadas a propósito da situação de emergência sanitária vivenciada.

A Autoridade Administrativa destinatária deverá se pronunciar acerca do acatamento da presente Recomendação, no prazo de 5 dias (a iniciar a contagem após o primeiro dia útil do recebimento da presente recomendação), destacando-se que a ausência de manifestação importará em presunção de recusa ao seu cumprimento e, assim como o não acatamento, ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis, notadamente o ajuizamento de Ação Civil Pública pela prática de Ato de Improbidade Administrativa.

Glória de Dourados/MS, 28 de abril de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

EDITAL N.º 0013/2020/PJ/GDS

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas: nº 09.2020.00001546-7

Noticiante: CAOPFFE – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, Fundações e Eleitoral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Interessado: Município de Glória de Dourados

Assunto: Acompanhar e fiscalizar as ações do Município de Glória de Dourados/MS no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), notadamente relacionados ao sistema de controle interno e à promoção de procedimentos licitatórios.

Glória de Dourados/MS, 29 de abril de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

RIO NEGRO

EDITAL N.º 18/2020

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2020.00000150-7, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Procedimento Preparatório n.º 06.2020.00000150-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antonio Humberto Alves Pinto

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 10,21 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Luzeiro de Santa Maria, em Corguinho/MS.

Rio Negro, 29 de abril de 2020.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N.º 19/2020

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2020.00000149-5, que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Procedimento Preparatório n.º 06.2020.00000149-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sandro Cícero Skawinski

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,1 hectares de vegetação de área de preservação permanente do Córrego Bálsamo, na Fazenda São João Novo (Parte B), em Rochedo/MS.

Rio Negro, 29 de abril de 2020.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL

A Comissão Eleitoral do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – SINSEMP-MS composta por Rogério Cintra Pereira Neves, Carlos Gonzalez Fernandes e Ramão Perpeto Barros Ajala, 1º suplente Mohamed Santos Ibrahim, 2º suplente Edna de Barros Manzoni, eleita em Assembleia Geral Ordinária, no uso de suas atribuições, torna público o resultado da apuração dos votos da Eleição da Diretoria do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – SINSEMP-MS para o mandato 2020-2023, realizada na data de 27 de abril de 2020, conforme o quadro abaixo:

Chapa-01	Chapa-02	Branco	Nulo	TOTAL
273	43	2	1	319